

## O governo Castelo Branco

*A base de atos institucionais, o presidente militar modificou a legislação trabalhista, determinou eleições indiretas para o Executivo e impôs à nação uma nova Constituição*

Ao lado do general Humberto de Alencar Castelo Branco subiu ao poder um grupo cuja maioria era fortemente ligada à Escola Superior de Guerra (ESG). inclusive os civis, como Roberto Campos. Desde a década de 50 ele fazia várias conferências na escola, e acabou chamado para a pasta do Planejamento. Politicamente, esse grupo tinha ideias de governar sob uma democracia restringida. No que diz respeito à economia, o objetivo era reformar o sistema capitalista, deixando-o mais moderno e tornando-o capa/ de impedir o avanço do comunismo. Com essa missão, Roberto Campos e o ministro da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, lançaram o Programa de Ação Económica do Governo (Paeg), baseado em três pontos: reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Os Estados não poderiam mais pedir empréstimos sem a autorização do governo central.



### 1965

Na Argélia o ministro da Defesa, Houari Boumedienne, derruba o presidente Ben Bella e assume o poder.

### 1966

Na Indonésia o general Suharto ordena que os militares acabem com todos os traços do Partido Comunista. Nos Estados Unidos 6.400 pessoas assinam um apelo contra a Guerra do Vietnã. Nos Estados Unidos Edward Brooke torna-se o primeiro senador negro.

Algumas medidas mexeram diretamente com o bolso da população, pois o governo entendeu que era preciso aumentar as tarifas de energia elétrica, telefones etc. e o preço da gasolina e do pão. Por outro lado, a correção monetária para o pagamento de impostos em atraso contribuiu para que, em parte, deixasse de ser um excelente negócio dever para o Estado.

Os reajustes salariais começaram a ser feitos com índices inferiores à inflação, e vinham acompanhados de medidas que impediam greves e facilitavam a rotatividade da mão-de-obra, revelando que o novo regime estava atinado com os interesses patronais. Em setembro de 1966 foi criado o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos: a estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço, garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A adesão ao fundo não era obrigatória, mas quem não o fizesse não conseguiria emprego. O "cofre" do FGTS é até hoje constituído por importâncias depositadas mensalmente numa



conta bancária em nome do trabalhador, que só podem ser sacadas em casos específicos. No que diz respeito ao campo, foi aprovado o Estatuto da Terra, em novembro de 1964, definindo políticas agrícolas e de reforma agrária que, embora bem-intencionadas, nunca saíram do papel. Mas foi na área do comércio exterior que o Paeg proporcionou uma das principais mudanças. Os ministros consideravam que o potencial do Brasil eslava subutilizado. Fizeram, por isso, uma campanha de exportação tanto para explorar reservas naturais c

vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados. Em função disso, em agosto de 1964 foi aprovada, por decurso de prazo, uma lei que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros, revogando a lei anterior. O plano, implementado, produziu os resultados esperados, amparado na garantia de que o descontentamento resultante dos grandes sacrifícios impostos à população seria controlado pela força, se preciso fosse. Também o grave problema da dívida externa foi momentaneamente resolvido pela imensa ajuda do governo norte-americano por meio do programa Aliança para o Progresso do presidente John Kennedy.

O AI-4, último Ato Institucional da era Castelo Branco, convocou extraordinariamente o Congresso para fazê-lo aprovar a Constituição de 1967. Depois que o AI-2 e o AI-3 tinham estabelecido eleições indiretas para os cargos executivos e a extinção dos partidos políticos existentes, autorizando apenas o funcionamento da Aliança Nacional Renovadora (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no qual se agrupou a oposição parlamentar ao governo militar. Em síntese, a nova Constituição ampliava os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional.

### **O General Golbery**

Os textos de grande parte da legislação proposta para a nova Carta Magna de 1967, assim como todos os dispositivos que tratavam da segurança nacional, eram elaborados num prédio da avenida Paulista, em São Paulo, por uma entidade que ocupava cerca de vinte andares: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), agremiação que se denominava apartidária e que teria sido fundada com finalidades educacionais, em especial, como o próprio nome sugeria, de estudo de problemas brasileiros. Lá conspirava a nata empresarial com seus aliados no Exército, empenhados em articular um programa de ação alternativo para a sociedade. Essa agremiação acabou se transformando no mais importante núcleo civil e militar contra o governo Goulart. De acordo com um de seus integrantes mais importantes, general Golbery do Couto e Silva, o "Ipes dava nexos às diversas conspirações contra João Goulart". Pouco tempo depois o general Golbery lideraria o Grupo de Levantamento e Conjuntura (GLC), órgão do Ipes, sediado no Rio de Janeiro, que mantinha o dossiê de 400 mil pessoas fichadas. Era ele o cérebro e o grande estrategista da organização.